O papel do Congresso

* 1 ABR 1990

Álvaro Pereira

JORNAL DE BRASÍLIA

OPINÃO

Esboçou-se, na semana passada, o início de uma crise nas relações do Governo com o Congresso. Tudo começou com a discussão sobre a constitucionalidade das Medidas Provisórias 153 e 156, que definiam os crimes de abuso do poder econômico e sonegação. Constitucionalistas respeitados, como o presidente da Comissão de Justiça da Câmara, Nelson Jobim, concluíram que as medidas feriam a Constituição. Não se pode determinar alterações no Código Penal através de medidas provisórias, dizia o jurista Jobim. Este é assunto para ser definido em projeto de lei. Ele citava o exemplo extremo de uma medida provisória que estabelecesse a pena de morte para determinados crimes. Como a medida entra em vigor imediatamente, mas fica dependendo de aprovação do Congresso no prazo de 30 dias (caso contrário, deixa de vigorar), seria o caso de se indagar sobre as conseqüências que poderiam advir de uma situação como esta. Na hipótese da pena de morte ser aplicada de imediato, como reparar a possível vítima se a medida provisória for rejeitada pelo Congresso? Ressuscitando-a?

O paroxismo da situação reforça o argumento de que as medidas provisórias do Governo eram inconstitucionais. Preocupadas com os efeitos de uma lei provisória que começava a fa-

zer suas primeiras vítimas, as principais lideranças no Congresso iniciaram um movimento para votá-la em regime de urgência e rejeitá-la. O líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, chegou a anunciar um esforço para que as medidas provisórias fossem substituídas, no final da semana, por projetos de lei. Que a posição do Congresso não fosse interpretada, no entanto, como um desafio ao Governo. O que se pretendia era preservar o texto constitucional e evitar que a lei em vigor provisoriamente fizesse vítimas e injustiças irreparáveis.

Assim, antecipando-se a uma decisão do Congresso, o próprio presidente Fernando Collor tratou de retirar as duas medidas e de substituí-las por projetos de lei. Debelou-se o incêndio no início, sem que suas labaredas pudessem chamuscar as relações do Executivo com o Legislativo. Foi um ato de sensibilidade política: o governo, acusado pelas oposições de autoritário e prepotente, cedia ao argumento dos juristas e reafirmava seu respeito à Constituição. Que esse espírito de conciliação e entendimento se faça presente também na votação do plano econômico, nos próximos dias. Desde que não comprometa sua estrutura e seus efeitos, o Congresso tem todo o direito de aperfeiçoá-lo, através da aprovação de emendas.